

REVOGADO



Superior Tribunal de Justiça

INSTRUÇÃO NORMATIVA STJ/GP N. 17 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos do Superior Tribunal de Justiça.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno, considerando o que consta no Processo STJ n. 10.717/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Política de Gestão de Riscos do Superior Tribunal de Justiça, que compreende os princípios, os objetivos, o processo de gestão de riscos, a estrutura e as responsabilidades na forma disposta nesta instrução normativa.

§ 1º Os conceitos aplicáveis à gestão de riscos no Tribunal são os constantes do Anexo.

§ 2º A Política deve ser observada e adotada pelas unidades do Tribunal em todos os níveis, sendo aplicável aos processos de trabalho, iniciativas estratégicas, táticas e operacionais.

Seção I Dos Princípios

Art. 2º A Gestão de Riscos do STJ observará os seguintes princípios:

- I – proteção do ambiente corporativo;
- II – melhoria contínua da organização;
- III – visão sistêmica;
- IV – qualidade e tempestividade das informações;
- V – incerteza;
- VI – transparência;
- VII – dinamismo e interatividade.

Seção II Dos Objetivos

Art. 3º A Gestão de Riscos do STJ tem por objetivos:

- I – incorporar a visão de riscos à tomada de decisão, em conformidade com as melhores práticas adotadas no setor público;
- II - orientar a identificação, a avaliação, o tratamento, o monitoramento e a comunicação de riscos que afetem a consecução dos objetivos institucionais;
- III – alinhar a tolerância a risco às estratégias adotadas;
- IV – fortalecer as decisões em resposta aos riscos;
- V – apoiar a governança corporativa;
- VI – aprimorar os controles internos.

Seção III Do Processo de Gestão de Riscos

Art. 4º O processo de gestão de riscos será composto pelas seguintes fases:

- I – estabelecimento do contexto;
- II – identificação dos riscos;
- III – análise dos riscos;
- IV – avaliação dos riscos;
- V – tratamento dos riscos;
- VI – monitoramento;
- VII – comunicação.

§ 1º O estabelecimento do contexto consiste na definição dos parâmetros externos e internos essenciais à estratégia do Tribunal.

§ 2º A identificação dos riscos envolve o inventário e a descrição dos eventos que possam impactar no atingimento dos objetivos do Tribunal.

§ 3º A análise dos riscos refere-se à compreensão da natureza do risco e à determinação do respectivo nível de risco mediante a combinação da probabilidade de sua ocorrência e dos impactos possíveis.

§ 4º A avaliação dos riscos trata da comparação dos resultados da análise de riscos com os critérios de risco a fim de determinar se o risco é aceitável.

§ 5º O tratamento consiste na seleção e implementação de um ou mais controles em resposta aos riscos.

§ 6º O monitoramento refere-se ao acompanhamento e análise crítica quanto à efetividade de todas as fases do processo de gestão de riscos.

§ 7º A comunicação consiste na manutenção de fluxo constante de informações entre as partes interessadas durante todas as fases do processo de gestão de riscos.

Art. 5º O ciclo do processo de gestão de riscos será executado pelo menos uma vez por ano, podendo os critérios definidos pela metodologia ou pelo Comitê de Gestão de Riscos estabelecer ciclos de menor periodicidade.

Seção IV Da Estrutura

Art. 6º Integram a estrutura da Gestão de Riscos do STJ:

- I – Presidência do Tribunal;
- II – Comitê de Gestão de Riscos;
- III – Escritório Corporativo de Riscos - ECR;
- IV – Gestores de Riscos.

Art. 7º O Comitê de Gestão de Riscos será composto pelo diretor-geral da Secretaria do Tribunal (Coordenador), pelo Secretário-Geral da Presidência e pelos titulares das seguintes unidades:

- I – Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica;
- II – Secretaria de Administração;
- III – Secretaria Judiciária;
- IV – Secretaria dos Órgãos Julgadores;
- V – Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

§ 1º Em caso de impedimento, os membros do comitê serão representados pelos respectivos substitutos.

§ 2º As reuniões do comitê ocorrerão com maioria absoluta dos membros.

§ 3º O titular da Secretaria de Controle Interno prestará apoio consultivo ao comitê, observado o § 1º deste artigo.

§ 4º O coordenador poderá convidar titular de unidade que não integra o comitê conforme assunto a ser deliberado em reunião.

§ 5º Os trabalhos do comitê serão secretariados por servidor do Escritório Corporativo de Riscos.

Art. 8º O Escritório Corporativo de Riscos funcionará junto à Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica.

Art. 9º São considerados Gestores de Riscos, em seus respectivos âmbitos de atuação, todos os ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança do Grupo Direção, bem como os responsáveis pelos processos de trabalho e iniciativas estratégicas, táticas ou operacionais.

Seção V Das Responsabilidades

Art. 10. A Gestão de Riscos no STJ, como parte integrante de todos os processos de trabalho e iniciativas do Tribunal, é de responsabilidade compartilhada de ministros, servidores, estagiários e prestadores de serviço.

Art. 11. Compete à Presidência do Tribunal:

I – aprovar a Política de gestão de riscos do Tribunal;

II – analisar o relatório de análise crítica e o mapa de riscos e decidir sobre possíveis providências;

III – decidir sobre o grau de tolerância a riscos;

IV – monitorar os riscos institucionais.

Art. 12. Compete ao Comitê de Gestão de Riscos:

I – monitorar, avaliar e revisar a política de gestão de riscos;

II – aprovar a metodologia de gestão de riscos;

III – monitorar o processo de gestão de riscos;

IV – analisar e apresentar o relatório de análise crítica e o mapa de riscos corporativos à Presidência do Tribunal;

V – propor adequado grau de tolerância a riscos à Presidência do Tribunal;

VI – decidir sobre prioridades de atuação;

VII – patrocinar a cultura de gestão de riscos.

Art. 13 Compete ao Escritório Corporativo de Riscos:

I – disseminar a política de gestão de riscos;

II – avaliar e divulgar as melhores práticas de gestão de riscos para utilização no âmbito do Tribunal;

III – estimular e disseminar cultura de gestão de riscos para todo o Tribunal;

IV – elaborar metodologia de gestão de riscos do Tribunal, bem como propor as atualizações necessárias;

V – coordenar o processo de gestão de riscos;

VI – elaborar relatório de análise crítica e o mapa de riscos;

VII – prestar apoio técnico aos Gestores de Riscos de modo ao melhor uso da metodologia de gestão de riscos;

VIII – monitorar o tratamento aos riscos realizado pelas unidades do Tribunal;

IX – propor, disseminar e/ou realizar ações de sensibilização e capacitação sobre gestão de riscos.

Art. 14. Compete aos Gestores de Riscos:

I – conhecer e adotar a política e os instrumentos de gestão de riscos, promovendo a efetividade dos controles dela decorrentes;

- II – fornecer subsídios para o acompanhamento, monitoramento e análise crítica do processo de gestão de riscos em sua área de atuação;
- III – estimular a cultura de gestão de riscos em sua equipe;
- IV – sugerir melhorias para a metodologia de gestão de riscos definida para o Tribunal;
- V – identificar, analisar, avaliar, tratar e monitorar riscos em sua área de atuação;
- VI – implementar controles em sua área de atuação decorrentes da gestão de riscos;
- VII – elaborar e manter os respectivos planos de riscos de processos de trabalho e iniciativas estratégicas, táticas e operacionais;
- VIII – participar de ações de sensibilização e capacitação sobre gestão de riscos.

Seção VI

Das Disposições Gerais

Art. 15. Os casos omissos serão decididos pelo diretor-geral da Secretaria do Tribunal.

Art. 16. Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro FRANCISCO FALCÃO

ANEXO

Instrução Normativa STJ/GP n. 17 de 17 de dezembro de 2015.

Conceitos aplicáveis à gestão de riscos

Controle: medida que modifica o risco, incluindo qualquer processo, política, dispositivo, prática ou ação.

Evento: ocorrência gerada com base em fontes internas ou externas que pode causar impacto negativo ou positivo.

Gestão de Riscos: processo contínuo que consiste no desenvolvimento de um conjunto de ações destinadas a identificar, analisar, avaliar, priorizar, tratar e monitorar riscos.

Impacto: efeito resultante da ocorrência do evento.

Nível de risco: magnitude do risco que é expressa pelo produto das variáveis impacto e probabilidade.

Probabilidade: possibilidade de ocorrência do evento.

Risco: evento capaz de afetar positivamente (oportunidade) ou negativamente (ameaça) os objetivos, processos de trabalho e iniciativas do Tribunal nos níveis estratégico, tático ou operacional.

Risco inerente: nível de risco ao qual se estaria exposto caso não houvesse nenhum controle implantado.

Risco residual: nível de risco remanescente considerando a eficácia dos controles implantados.

Tolerância a risco: grau de quantidade e nível de risco a que o Tribunal está disposto a se expor dentro de padrões considerados institucionalmente razoáveis.